

Sarney cumprimenta Moreira e pede liberdade

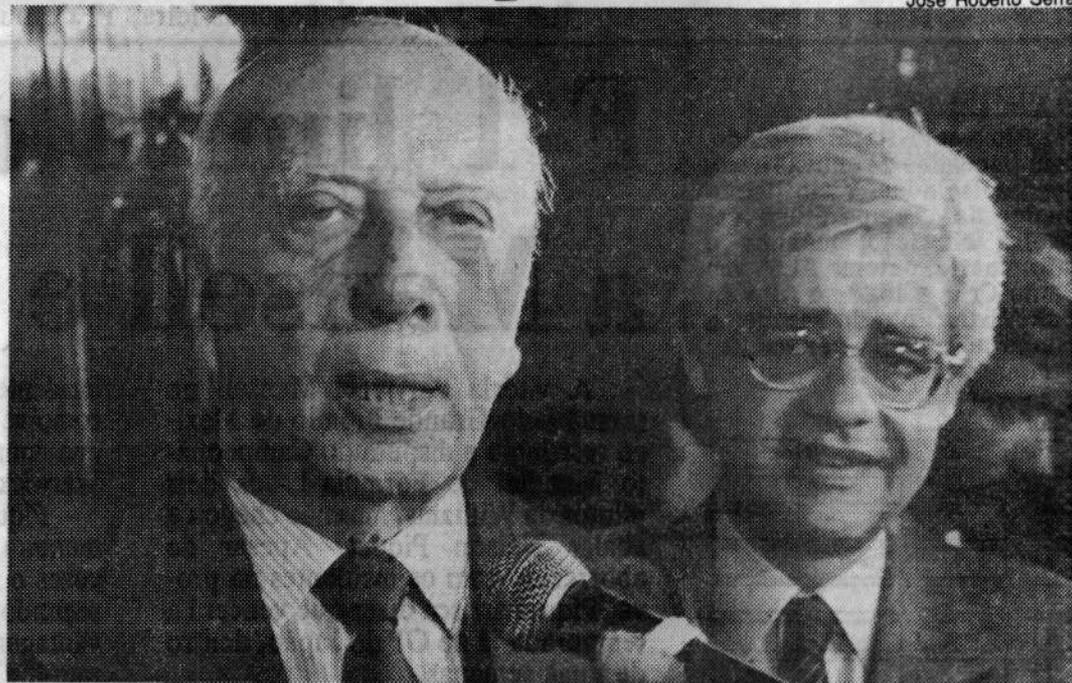
José Roberto Serra

— Foi muito positivo. Eu já esperava por isso. Agora o que eu preciso é de liberdade para agir — afirmou o presidente José Sarney, sábado à noite, no aeroporto de Manaus, ao ser informado pelo chefe do seu Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, do apoio dos 22 governadores eleitos do PMDB, que haviam se reunido, no Rio, no Palácio Laranjeiras. Na manhã de ontem, Sarney telefonou para o governador fluminense, Moreira Franco, cumprimentando-o pelo êxito da reunião.

Moreira Franco, que ofereceu um almoço ontem, no Palácio Laranjeiras, para os governadores que ainda se encontravam no Rio — Miguel Arraes (Pernambuco), Pedro Simon (Rio Grande do Sul), Epitácio Cafeteira (Maranhão), Pedro Ivo

(Santa Catarina) e Jorge Nova da Costa (Amapá) — disse que a reunião serviu “para reafirmar, acima de qualquer circunstância, dos impasses eventuais, a importância da unidade do PMDB”. Ao lado do governador do Estado do Rio, Pedro Simon concordou e avançou: “O Rio assistiu, talvez, a mais importante reunião política do ano. Oferecemos, enfim, diretrizes firmes e definitivas para a saída da crise, ao presidente da República, à Constituinte e ao próprio partido”.

A nota dos governadores, segundo Moreira Franco, precisa ser vista “com grandeza”. Destacou que “o consenso geral aponta para a conclusão plena do processo de transição, que passa, desde o seu início, por um PMDB forte e coeso”.



Moreira, com Ulysses: reunião serviu para reafirmar unidade do PMDB

Declaração deve ser lida nas entrelinhas

A Declaração do Rio de Janeiro, que foi redigida inicialmente pelos governadores Moreira Franco e Tasso Jereissati, é mais importante pelo que revela nas entrelinhas:

“Em primeiro lugar, congregam-se em torno da luta do povo brasileiro pela consolidação da democracia, através da penosa, dura e difícil transição, que deve ser consolidada com a votação da nova Constituição. Ela deve traduzir o consenso da nação, assegurando a todos, inclusive às minorias, a liberdade de lutar pelos seus direitos, mediante a votação de leis ordinárias discutidas e votadas pelos representantes do povo”.

Os governadores querem fazer uma advertência à Constituinte: estão insatisfeitos com a predominância no texto constitucional de questões que deveriam ser tratadas pela legislação ordinária ou complementar. Acha que isso é consequência da desarticulação do PMDB. Na sexta-feira à noite, no Palácio Laranjeiras, vários governadores reclamaram do presidente do partido, Ulysses Guimarães, que o PMDB tem quatro líderes que divergem entre si — Mário Covas (ou seu substituto Euclides Scalco), Fernando Henrique Cardoso, Luis Henrique e Carlos Sant’Anna. Destes, apenas Luis Henrique se entende com Ulysses.

“Reafirmam a determinação de dar cumprimento ao programa do PMDB, que vem de ser reiterado na reunião da Comissão Executiva Nacional, e expressam, depois de tomar conhecimento do documento ‘Democracia e Desenvolvimento’, que seu intuito aponta nessa mesma direção, pelo esforço e espírito patriótico do presidente José Sarney, em consonância com as medidas de democratização tomadas por seu governo, com apoio do PMDB”.

Foi um dos poucos temas que tiveram consenso, desde a elaboração do primeiro esboço da nota, redigido quinta-feira à noite pelos governadores Moreira Franco (Rio) e Tasso Jereissati (Ceará). A unidade do PMDB, era preocupação geral, jamais poderia ser colocada em jogo.

“Ao reconhecer o gesto do presidente Sarney de

governar por 5 anos, expressam com a plena consciência da soberania da Assembléia Nacional Constituinte, a certeza de que a atualidade política e os compromissos da redemocratização requerem a preservação do princípio de duração e forma de governo dos atuais mandatos do presidente, dos governadores, parlamentares federais, estaduais, prefeitos e vereadores”.

Foi o trecho da nota que causou maior divergência. Os governadores Miguel Arraes (Pernambuco), Tasso Jereissati e Geraldo Melo (Rio Grande do Norte), encarregados na sexta-feira à noite de preparar a redação final do que seria a “Declaração do Rio de Janeiro”, apareceram no sábado com uma versão que dava margem à interpretação de que os governadores estariam apoiando mandato de 6 anos para Sarney. Isso surpreendeu a todos. No jantar da sexta-feira, oferecido a Ulysses Guimarães no Palácio Laranjeiras, havia sido combinado o apoio ao mandato de cinco anos, com a ressalva de que a Constituinte é soberana para decidir sobre o assunto. Descobriu-se que o governador do Distrito Federal, José Aparecido, que chegara com Ulysses na noite de sexta-feira sem ter sido convidado para a reunião, foi o autor da modificação. Moreira Franco e Pedro Simon (Rio Grande do Sul) empenharam-se para recompor a versão inicial. É o primeiro momento em que os governadores do PMDB tentam se proteger à sombra da Constituição de 1967, emendada em 1969 pela Junta Militar: revelam receio de que a alteração do mandato de Sarney, que pela atual Constituição é de 6 anos, abra precedente para redução de seus próprios mandatos, com convocação de eleição geral, e de que o parlamentarismo seja adotado e estendido também aos estados.

“Os grandes objetivos do PMDB foram consagrados pelo povo, nas eleições de 1986, e a ele pertencem, como patrimônio inalienável que não pode ser manipulada por grupos ou pessoas, sobretudo quando isso vem ajudar a campanha dos que combatem, aberta ou

veladamente, a construção de uma grande e estável democracia social no Brasil”.

É um convite a Sarney para abandonar definitivamente a idéia de que pode governar sem o PMDB, o grande vitorioso das eleições de 1986. É também a resposta às articulações de direita, ao artigo do professor Mário Henrique Simonsen na revista *Veja* da semana passada e ao manifesto do ex-presidente João Figueiredo. Miguel Arraes foi quem mais se empenhou pela parte final deste trecho, com o qual os governadores também quiseram sepultar a idéia de o governo recolher apoio por escrito de parlamentares.

“O avanço democrático, a consolidação econômica, política e social do país exigem que sejam ultrapassadas as questões clientelistas, honrando-se os compromissos que todos assumimos nas praças públicas pela voz do saudoso presidente Tancredo Neves. O povo afirmou e reafirmou, em 84 e 86, nas urnas, a sua determinação e sua confiança na consolidação do processo democrático”.

Sugerem os governadores que o presidente assumira os compromissos de mudança, sobretudo uma reforma administrativa ampla, que não se limite à troca de ministros. O governador Pedro Simon, por exemplo, bateu-se na discussão deste trecho por medidas que promovam, não a extinção de ministérios considerados desnecessários, mas a reordenação completa da máquina administrativa. Citou até que o Brasil é o país que tem mais serviço de meteorologia do mundo - ao todo, 12, cada um dando previsão de tempo que bem entende.

Os três últimos trechos da nota — pregando “o estabelecimento de uma autêntica república federativa”, medidas eficientes contra a crise econômica e a viabilização do “funcionamento eficiente dos serviços à população, corrigindo-se a distribuição da receita e adotando-se as medidas de austeridade no trato da coisa pública” — tem dois endereços: o Palácio do Planalto e a Constituinte.

Em relação ao primeiro destinatário, os governadores querem condenar a política de redução de investimentos do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Vários governadores comentaram depois do encontro que chegou a hora de Sarney assumir efetivamente a responsabilidade pelo governo. Quanto à Constituinte, procuram mostrar que só a reforma tributária plena, com a transferência aos estados da faculdade inclusive de legislar sobre impostos, pode promover efetivamente o restabelecimento do princípio federativo.

A idéia de fazer a reforma tributária emendando a atual Constituição, para que possa entrar em vigor já em 1988, não foi mencionada na “Declaração do Rio de Janeiro”, mas explicitada depois em entrevistas. Foi o segundo momento em que os governadores recorreram em defesa própria à Constituição da Junta Militar. No entanto, eles acham que uma reforma tributária imediata também serve para reduzir os poderes de Sarney, antes que o faça a futura Constituição. Seria uma declaração de guerra à equipe econômica do governo, que não aceita a redistribuição tributária pretendida pelos governadores (a União repassaria aos estados a metade de sua atual arrecadação tributária, no lugar dos 30% atuais).

Ocorre que para se emendar a atual Constituição são necessários os votos de dois terços do Congresso, ou seja, de 374 parlamentares. Na Constituinte, bastam 280 votos (maioria absoluta, que é igual à metade mais um dos 559 parlamentares). O PMDB tem 303 votos e não conta com os 133 do PFL, partido que não está interessado em transferir recursos para os governos adversários. Há uma dificuldade adicional: o bloco do PMDB que dá apenas 4 anos de mandato a Sarney também não teria interesse de aprovar uma proposta apresentada por quem defende 5 anos para o presidente.